

**ACTA**

Aos dezassete dias do mês de Junho do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e António José Salgado Almeida. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----
Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereador José Manuel Antunes – a) – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “1 - No seguimento de outras intervenções já efectuadas neste executivo, o PSD vem de novo constatar a falta de estratégia promocional de Guimarães e da CEC 2012. O Semanário “Expresso” publicado no dia 5 de Junho de 2010, editou um suplemento sobre o Turismo e o MINHO, com a participação de nove Municípios da Região e onde se nota a ausência do Município de Guimarães. Quando o Turismo é uma das apostas na revitalização do tecido comercial vimaranense com esta ausência foi dado mais um sinal de alheamento por parte do Município para com os problemas dos comerciantes vimaranenses. 2 - A constituição da Associação de Municípios de Fins Específicos – Quadrilátero Urbano pelos municípios de Guimarães, Braga, Famalicão e Barcelos permitiu

aprovar junto da União Europeia entre outras uma candidatura de 15 milhões de euros para projectos de investimento concretos na área digital e de transportes. O Município de Barcelos apresenta no seu sítio oficial, o programa BARCELOS 3D que permite aos munícipes e visitantes a descoberta e o conhecimento de informação valiosa sobre diferentes assuntos, pontos de interesse patrimonial, cultural, artístico, turístico e ambiental que existam em qualquer freguesia de Barcelos. E em Guimarães, o que temos para oferecer aos nossos munícipes e visitantes sobre o riquíssimo património disperso pelas nossas freguesias? Até este momento, NADA. E Guimarães vai ser palco da CEC 2012. E o executivo municipal aprovou o programa MAPA 2012. Que é feito dele? Este executivo é rápido a aprovar programas mas não tem nenhuma preocupação com a sua execução. Guimarães 2012 exige da Câmara Municipal outra atitude e o exemplo de Barcelos 3D deve servir de ponto de partida". **2 – Vereador André Coelho Lima – a)** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: "Na última reunião de Câmara demonstramos que, contrariamente ao que o Presidente de Câmara **sempre** apresentou como justificação para a não realização de um parque de estacionamento subterrâneo no Toural, ou seja, um suposto parecer proibitivo do IGESPAR, tal parecer nunca existira, pelo menos com a dimensão expressa de proibição de construção de um parque subterrâneo. Em resposta, o Sr. Presidente de Câmara disse que, afinal, o dito parecer tinha sido fornecido verbalmente, e não por escrito, e ainda, curiosamente, que *"se fosse necessário arranjava-se um parecer escrito"*. Para além desta consideração que reduz o IGESPAR praticamente a uma entidade emitente de pareceres *à la carte*, é natural que uma pessoa de inteligência mediana se



pergunte, com muita simplicidade: Se em requerimento do PSD havia sido solicitado o parecer do IGESPAR que proibia o parque subterrâneo, e foram fornecidos aqueles documentos, porque não se fez constar logo, na própria folha de rosto, que aquele não era o conteúdo integral do parecer? Que havia algo mais, mas fornecido oralmente? E é ainda mais natural que o mesmo intérprete médio se pergunte: Se havia motivos objectivos para a proibição dessa construção – que era o que se perguntava – porque estranhas e insondáveis razões não haveriam os senhores técnicos do IGESPAR de os fazer constar no escrito? Optando por colocar no escrito uma não proibição para depois oralmente, transmitirem aquilo que era suposto que tivessem dito no escrito, pois que era isso que lhes era perguntado? Igualmente curioso é que, tendo durante quase 2 anos sido utilizado constantemente o argumento «IGESPAR» como resposta para a impossibilidade de construção do parque de estacionamento subterrâneo no Toural, em sessão pública na A.C.I.G. realizada na passada semana, quando instado várias vezes por alguns comerciantes acerca das razões pelas quais tal parque não era construído ou não estava sequer previsto no actual projecto, o Sr. Presidente nunca, nem por uma vez, tenha utilizado o argumento do parecer proibitivo do IGESPAR que lhe vinha sendo tão caro nos últimos tempos... Nem sequer o parecer verbal foi utilizado perante os senhores comerciantes! De qualquer forma, na imprensa escrita, o Presidente de Câmara vem ainda com novos argumentos, que visam substituir o argumento já careca do IGESPAR: *“Esta é uma não questão, é o papel do velho do Restelo” “Esse processo acabou, a população pronunciou-se” “A Câmara, por unanimidade, incluindo os colegas do Sr. Vereador que hoje se pronunciou, votaram favoravelmente o projecto sem o parque subterrâneo”*

Sendo que interessa analisar estes, agora novos, argumentos. Desde logo, interessa verificar que projecto foi votado por unanimidade pelos vereadores desta Câmara, incluindo-se naturalmente os do PSD, no anterior mandato. Ora, no anterior mandato, não é verdade que tenha vindo a votação o projecto do Toural: o primeiro, ou o segundo. A única coisa que se votou sobre este projecto em concreto, em 24.09.2009, foi a contratação de prestação de serviços para tratamento plástico do pavimento da Praça do Toural. E aquilo que votamos há cerca de um mês foi, como sabemos, o procedimento para a empreitada. Então porque diz o Presidente de Câmara que *a Câmara, por unanimidade, incluindo os colegas do Sr. Vereador que hoje se pronunciou, votaram favoravelmente o projecto sem o parque subterrâneo* quando sabe, e não pode desconhecer, que foi ele próprio quem aprovou o projecto, por despacho? Que esse projecto nunca veio, enquanto projecto, a reunião de Câmara? Porque insiste em usar um argumento que sabe não ser verdadeiro? Atente-se que não está aqui em causa a posição que o PSD manifestou, que foi efectivamente de concordância com o actual projecto do Toural, nem se tenta escamotear essa circunstância até porque, recorde-se, ainda há um mês quando aqui votamos o início de procedimento, o PSD votou favoravelmente. O que está aqui em causa é o recurso sistemático, por parte do Presidente de Câmara, a argumentos falsos, a justificações apresentadas publicamente e que não têm depois suporte em factos efectivamente ocorridos. Por último, interessa dilucidar a opinião popular que o Sr. Presidente tão bem interpreta quando diz que a população se pronunciou contra o parque de estacionamento subterrâneo. Ora, salvaguardando a hipótese de a população se ter pronunciado verbalmente, como o IGESPAR gosta de fazer, certamente que



esta *pronúncia da população* a que se refere o Senhor Presidente de Câmara tem por trás, uma de duas: ou uma compilação organizada e um levantamento rigoroso das opiniões e sugestões remetidas para a Câmara, com devida identificação dos cidadãos; ou então está suportada num estudo fidedigno, realizado por entidade idónea e independente. Até porque, como sabemos, em opiniões veiculadas para o e-mail da Câmara, pode haver quem esteja contra a retirada das árvores, contra o piso escolhido, contra o próprio parque de estacionamento, a favor do parque e contra o túnel, enfim, poderá ser um panóplia de tal modo diversificada de opiniões, que não é credível atribuir-lhes uma sustentação de pronúncia popular. De todos os modos, confiamos que ao menos neste argumento de entre os utilizados pelo Presidente de Câmara, esteja suportado em documentos organizados e sintetizados. Motivo pelo qual, tratando-se certamente de documentação consultável, daremos entrada a um requerimento solicitando o fornecimento dos documentos de suporte desta pronúncia popular contra o referido parque. Porque queremos conhecer o conteúdo dessa pronúncia popular. E para aferirmos da exactidão de mais este argumento".

3- Vereador António Salgado Almeida – a) – Referiu que a Fábrica da Igreja Paroquial de Creixomil está a fazer diligências no sentido de registar, por usucapião, um cruzeiro ao qual nunca havia sido dada finalidade religiosa; **b)** – Fez uma intervenção sobre a não aplicação da opção gestonária, dizendo que tal decisão configurava uma situação injusta para com os trabalhadores.

4 – Presidente da Câmara – Sobre a opção gestonária, começou por recordar que a respectiva proposta havia sido aprovada por unanimidade em reunião deste órgão executivo. Acrescentou, contudo, que tal decisão não impedia que se prosseguisse noutro

sentido se assim fosse concluído. Disse, finalmente, que tinha agora sido concluído o levantamento de todos os trabalhadores que auferem salários mais baixos e há mais tempo sem progressão na carreira, pelo que, oportunamente, será apresentada uma proposta relativamente às condições de aplicação da opção gestionária. **5 – Vereador José Augusto Araújo** – Reforçou a afirmação de que a Câmara Municipal já havia assumido o compromisso de rever a situação dos trabalhadores com vencimentos mais baixos e que estivessem há mais tempo sem progressão na carreira, sendo que a proposta a apresentar irá beneficiar esses trabalhadores. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

VOTO DE LOUVOR – Presente a seguinte proposta: "O Centro de Cultura e Recreio de Fermentões sagrou-se Campeão Nacional da 2.ª Divisão de Andebol, na categoria de Iniciados Masculinos, ao vencer a fase final que se disputou, entre os dias 4 e 6 de Junho, no Pavilhão Gimnodesportivo de Fermentões e o Vitória Sport Clube sagrou-se Campeão Nacional de Iniciados Femininos em Voleibol, ao vencer, sem derrotas, a fase final realizada em Guimarães, entre os dias 10 e 12 de Junho. Estes êxitos desportivos ficam a constituir mais uma importante referência no historial dos dois clubes e da cidade e resultam do excelente trabalho de formação que neles se desenvolve. A Câmara Municipal deve reconhecer e valorizar estes êxitos desportivos, pelo que proponho que seja aprovado um voto de louvor às duas equipas pelos títulos conquistados. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

24 DE JUNHO – DIA UM DE PORTUGAL – ATRIBUIÇÃO DE

**CONDECORAÇÃO HONORÍFICA** – Presente a seguinte proposta:

“Nascido em Lisboa em Setembro de 1939, Jorge Sampaio criou desde muito cedo uma relação especial com Guimarães, fundada no facto de o seu Pai, o médico Arnaldo Sampaio, aqui ter nascido e estudado antes de rumar ao Porto para cursar Medicina na respectiva Universidade. Aquela relação com Guimarães foi sendo nutrida pelas reminiscências de juventude que o seu Pai lhe transmitia e, já por experiência própria, com as sucessivas vindas e permanências em Guimarães, em férias. Ainda estudante, Jorge Sampaio viria a revelar muitos dos traços que a figura pública que hoje conhecemos vincaria ao longo dos anos: um profundo humanismo, uma persistente acção política centrada nos valores democráticos e republicanos, um ânimo constante para lutar por valores e princípios que entendia como justos, uma permanente disponibilidade para se sujeitar ao sufrágio dos eleitores. Desenvolveu uma carreira política longa e diversificada, desde a militância na oposição ao Regime Autoritário do Estado Novo, ao Parlamento da Democracia, ao Governo, ao Conselho da Europa, à Câmara Municipal de Lisboa e à Presidência da República. No exercício de todos esses cargos, obtidos em resultado de empenho político e da representatividade obtida em eleições, mostrou os seus traços essenciais: probidade, lucidez e convicção, exigência pessoal e política, profundo compromisso com a melhoria da vida dos seus concidadãos e com o serviço público. Como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e da UCCLA, teve as suas primeiras oportunidades para, no exercício de cargos públicos, distinguir Guimarães da maneira afectuosa e sincera que todos lhe reconhecemos. Eleito Presidente da República, sucessivamente, em 1996 e em 2001, Jorge Sampaio elegeu Guimarães como cidade anfitriã das últimas Comemorações Nacionais do Dia de

Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas a que presidiu. Actualmente membro do Conselho de Estado, Alto Representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, e Enviado Especial do Secretário Geral da ONU para a Luta Contra a Tuberculose, aceitou, em 2009, o convite para presidir ao Conselho Geral da Fundação Cidade de Guimarães, em nova manifestação inequívoca de como pretende permanecer ligado à terra do seu Pai e contribuir, com as suas capacidades e prestígio, para o sucesso do alto desígnio que constitui, para todos nós, Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012. Pelos motivos expostos, proponho a atribuição, a Jorge Sampaio, da Medalha da Cidade em Ouro”, considerando os atributos relevantes prestados à comunidade, de acordo com a seguinte **nota biográfica**: “Jorge Sampaio – de seu nome completo, Jorge Fernando Branco de Sampaio – nasceu em Lisboa, em 18 de Setembro de 1939, filho de Arnaldo Sampaio (nascido em Guimarães em 1908, cidade onde fez o liceu antes de cursar Medicina na Universidade do Porto), médico, especialista em Saúde Pública, e de Fernanda Bensaude Branco de Sampaio, professora particular de inglês. É casado com Maria José Ritta e tem dois filhos, Vera e André. Desde a infância, fez estudos musicais e, por imperativo da carreira do pai, passou largo tempo nos EUA e em Inglaterra, experiência que o marcou profundamente. Frequentou os estudos secundários nos liceus Pedro Nunes e Passos Manuel. Em 1961, licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Na Universidade, desenvolveu uma relevante actividade académica, iniciando, assim, uma persistente acção política de oposição à Ditadura. Foi eleito Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito, em 1960-61, e Secretário-Geral da Reunião Inter Associações Académicas (RIA), em 1961-



62. Nessa qualidade, é um dos protagonistas da crise académica do princípio dos anos 60, a qual esteve na origem de um longo e generalizado movimento de contestação estudantil, que durou até ao 25 de Abril de 1974, e que abalou profundamente o Regime. Deu, entretanto, início a uma intensa carreira de advogado, que se estendeu por todos os ramos de Direito, tendo desempenhado, igualmente, funções directivas na Ordem dos Advogados. Teve um papel de relevo na defesa de presos políticos no Tribunal Plenário de Lisboa. Prosseguindo a sua acção como opositor à Ditadura, candidatou-se, em 1969, às eleições para a Assembleia Nacional, integrando as listas da CDE de Lisboa. Desenvolve uma constante actividade política e intelectual, participando nos movimentos de resistência e na afirmação de uma alternativa democrática de matriz socialista, aberta aos novos horizontes do pensamento político europeu. Após a Revolução do 25 de Abril de 1974, é um dos principais impulsionadores da criação do Movimento de Esquerda Socialista (MES), do qual se desvincula, todavia, logo no congresso fundador em Dezembro do mesmo ano, por discordância de fundo com a orientação ideológica aí definida. Desempenha, nos anos da Revolução, um importante papel no diálogo com a ala moderada do MFA, sendo um activo apoiante das posições do "Grupo dos Nove". Em Março de 1975, é nomeado Secretário de Estado da Cooperação Externa, no IV Governo Provisório. Ainda em 1975, funda a "Intervenção Socialista", grupo constituído por políticos e intelectuais, que viriam a desempenhar funções de relevo na vida pública, e que desenvolveu um significativo trabalho de reflexão e renovação política. Em 1978, Jorge Sampaio adere ao Partido Socialista (PS). Em 1979, é eleito deputado à Assembleia da República, pelo círculo de Lisboa e passa a integrar o Secretariado Nacional do PS. De 1979 a 1984, é

membro da Comissão Europeia dos Direitos do Homem no Conselho da Europa, realizando aí um importante trabalho na defesa dos Direitos Fundamentais e contribuindo para uma aplicação mais dinâmica dos princípios contidos na Convenção Europeia dos Direitos do Homem. É reeleito deputado à Assembleia da República em 1980, 1985, 1987 e 1991. Em 1987/88 é Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tendo assumido, em 1986-87, a responsabilidade das Relações Internacionais do PS. Foi ainda co-Presidente do "Comité África" da Internacional Socialista. No ano de 1989, é eleito Secretário-Geral do Partido Socialista, cargo que exerce até 1991, e é designado, pela Assembleia da República, como membro do Conselho de Estado. Em 1989, decide concorrer à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, cargo para o qual é, então eleito e depois reeleito em 1993. Esta candidatura assumiu, na altura, um grande significado político e contribuiu para dar às eleições autárquicas um relevo nacional. Como Presidente da Câmara de Lisboa, e à frente de uma equipa, afirmou uma visão estratégica, com recurso a novas concepções e métodos de planeamento, gestão, integração e desenvolvimento urbanístico. De 1990 a 1995, exerce a Presidência da União das Cidades de Língua Portuguesa (UCCLA), sendo eleito Vice-Presidente da União das Cidades Ibero-Americanas, em 1990. Foi também eleito Presidente do Movimento das Eurocidades (1990) e Presidente da Federação Mundial das Cidades Unidas (1992). Em 1995, Jorge Sampaio apresenta a sua candidatura às eleições presidenciais. Recebe o apoio de inúmeras personalidades, independentes e de outras áreas políticas, com destaque na vida política, cultural, económica e social, e do Partido Socialista. Em 14 de Janeiro de 1996, é eleito à primeira volta. Foi investido no cargo de Presidente da



República no dia 9 de Março de 1996, prestando juramento solene. Cumpriu o seu primeiro mandato exercendo uma magistratura de iniciativa na linha do seu compromisso eleitoral. Apresentou-se de novo e voltou a ser eleito à primeira volta, em 14 de Janeiro de 2001, para um novo mandato. Jorge Sampaio manteve, ao longo dos anos, uma constante intervenção político-cultural, nomeadamente através da presença assídua em jornais e revistas (*Seara Nova, O Tempo e o Modo, República, Jornal Novo, Opção, Expresso, O Jornal, Diário de Notícias e Público*, entre outros). Em 1991, publicou, sob o título *A Festa de Um Sonho*, uma colectânea dos seus textos políticos. Em 1995, é editado o seu livro *Um Olhar sobre Portugal*, no qual responde a personalidades de vários sectores da vida nacional, configurando a sua perspectiva dos problemas do País. Em 2000, publica o livro *Quero Dizer-vos*, em que expõe a sua visão actualizada dos desafios que se põem à sociedade portuguesa. As suas intervenções presidenciais foram reunidas nos livros *Portugueses I-X*. Em Abril de 2006 tomou posse como Conselheiro de Estado, na sua qualidade de antigo Presidente da República. Em Maio de 2006 foi designado Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Luta contra a Tuberculose e, em Abril de 2007, foi nomeado, pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Alto Representante para a Aliança das Civilizações. É também Presidente do Conselho Consultivo da Universidade de Lisboa (Fev. 2007) e do Conselho Geral da Fundação Cidade de Guimarães (desde 2009), entidade promotora do programa cultural de Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012. É Grande-Colar das Ordens da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito e da Liberdade e Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique. Entre as condecorações estrangeiras destacam-se: Grande Colar Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, do

Brasil; Colares das Ordens de Carlos III e de Isabel a Católica, de Espanha; Grã-Cruz da Legião de Honra, de França; 1º Grau da Ordem Suprema do Crisântemo, do Japão; Grã-Cruz da Ordem do Leão de Ouro da Casa de Nassau, Luxemburgo; Grande-Colar da Ordem de Wissam Al-Mohammadi e Grã-Cruz Ordem de Wissam Alaouite (Wissam Alaouit Cherifien), Marrocos; 1º Grau da Ordem Amizade e Paz, de Moçambique; Grã-Cruz da Real Ordem de St. Olavo, da Noruega; Grã-Cruz da Ordem de Orange Nassau, dos Países Baixos; Grã-Cruz da Ordem de São Miguel & S. Jorge e da Real Ordem Victoriana, do Reino Unido. Tem recebido diversas distinções nacionais e estrangeiras, entre as quais o Prémio Europeu *Carlos V*, em 2004". **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR**, com dez votos a favor e uma abstenção. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Da realização, nos dias 22 e 23 do corrente mês de Junho, no Museu de Alberto Sampaio, do Colóquio intitulado "No tempo de D. Afonso Henriques" encerrando as comemorações do centenário do nascimento de D. Afonso Henriques promovidas pela Câmara Municipal de Guimarães; **2** – Do Programa das Comemorações do Dia 24 de Junho – Dia Um de Portugal – 2010. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

I – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 1 de Junho de 2010, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: **"REPERFILAMENTO DA RUA MOURA MACHADO – AZURÉM – CONTA FINAL** – 1 – Por despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 7 de Setembro de 2009, foi a empreitada em



título adjudicada à empresa M. Couto Alves, S.A., pelo valor de €319 862,65 (trezentos e dezanove mil oitocentos e sessenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos) + IVA. 2 - O valor final dos trabalhos é de €310 309,96 (trezentos e dez mil trezentos e nove euros e sessenta e cinco cêntimos) + IVA. 3 - Nesta empreitada, verificou-se a existência de €9.552,69 (nove mil quinhentos e cinquenta e dois euros e sessenta e nove cêntimos) + IVA de Trabalhos a Menos, correspondendo a trabalhos que não foram executados, por não terem sido esgotadas as quantidades previstas em projecto. Estes trabalhos a menos correspondem a uma percentagem de 2,99 %. 4 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 5 - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do art. 1º do DL nº 6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. 6 - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda não foram publicados os índices definitivos. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é de €5.849,96 (cinco mil oitocentos e quarenta e nove euros e noventa e seis cêntimos). 7 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €316.159,92 (trezentos e dezasseis mil cento e cinquenta e nove mil e noventa e dois cêntimos) + IVA, sendo que €310.309,96 (trezentos e dez mil trezentos e nove euros e nove cêntimos) + IVA de trabalhos contratuais, €5.849,96 (cinco mil oitocentos e quarenta e nove euros e noventa e seis cêntimos) + IVA auto provisório relativo à revisão de preços e o Auto final no valor de €94.751,99 (noventa e quatro mil setecentos e cinquenta e um euros e noventa e nove cêntimos) + IVA. 8 - Para cumprimento do disposto no art. 399º do Decreto-Lei

18/08 de 29 de Janeiro foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 9 - De acordo com o nº1 do art. 401º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada”; **II** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 1 de Junho de 2010, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “Atenta a necessidade de executar a obra de **“VIA DE ACESSO AO CENTRO ESCOLAR DE URGEZES”**, submete-se à consideração superior, nos termos do art.º 36.º do Código dos Contratos Públicos – CCP (Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro, alterado e Republicado pelo Decreto-Lei 278/09 de 2 de Outubro), a presente proposta de decisão de contratar. **1 - Escolha do Tipo de Procedimento** – Para efeitos do previsto no art. 38º do CCP, propõe-se face ao valor económico estimado de €210 500,66 (duzentos e dez mil e quinhentos euros e sessenta e cinco cêntimos) acrescidos de IVA a satisfazer pela rubrica 3.3.1.1.02 do Plano Plurianual de Investimento, e prazo de execução de 90 dias, a adopção de Concurso Público, nos termos da alínea b), do art. 19.º, do CCP, sem anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE); **2 - Peças do Procedimento** – Aprovação Programa de Procedimento e Caderno de Encargos que se anexam, nos termos da alínea b) do nº1 e nº 2 do art. 40.º do CCP; **3 - Designação do júri:** De acordo com o que dispõe o art.º 67.º do CCP, torna-se necessário proceder à designação do Júri que procederá à realização de todas as operações inerentes ao procedimento, pelo que se propõe a seguinte constituição: Efectivos – Presidente: José Filipe Tavares de Fontes – Director, em Regime de substituição, do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; 1º Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes



Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; 2º Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. Suplentes – 1º Vogal suplente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; 2º Vogal suplente: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 2010. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Absteve-se o Vereador César Machado por não ter participado na reunião. A leitura da acta foi dispensada por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a ordem do dia desta reunião. -----

CÂMARA – REVISÃO ORÇAMENTAL – Presente a seguinte informação da Directora do Departamento Financeiro: “Torna-se necessário proceder a uma revisão orçamental para inscrição de uma nova rubrica orçamental com a classificação **050702**, designada por **Dividendos e participações nos lucros de sociedades e quase – sociedades não financeiras – Empresas públicas municipais e intermunicipais**, por forma a possibilitar o recebimento da importância no valor de €145.698,47 proveniente de dividendos da Vimágua E.I.M., S.A. respeitante ao exercício de 2009. Por outro lado, pretende-se a inscrição no Orçamento da rubrica orçamental com a classificação **160101** designada por **Saldo da gerência anterior**, no valor de

€894.798,18. Com a inscrição destas receitas será reforçada a rubrica orçamental com a classificação **04050104**, designada por **Transferências para a Associação de Municípios do Vale do Ave**, no valor de €1.040.496,65. Esclarece-se que este reforço visa a inscrição de parte da dívida à AMAVE que à data da elaboração do orçamento de 2010 foi considerada para liquidação no ano de 2009. No entanto, no âmbito do processo de conclusão da concessão dos resíduos sólidos urbanos da "Suma" bem como no processo simultâneo de criação da empresa "RESINORTE", a AMAVE comunicou aos municípios que suspendessem temporariamente os pagamentos. A aprovação desta revisão é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 2 do art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. A revisão Orçamental dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e António Salgado Almeida. -----

OBRAS PÚBLICAS – EDIFÍCIO DE CLIMATIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – Presente, para aprovação, a minuta do contrato de empreitada da obra em epígrafe, adjudicada a "Agrupamento SISTAVAC, S.A. e Sociedade de Construções GUIMAR, S.A.", pelo valor de €813 438,92 (oitocentos e treze mil quatrocentos e trinta e oito euros e noventa e dois cêntimos) + IVA, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO –**

Presente, para aprovação, a minuta de contrato de aquisição de serviços em epígrafe, adjudicada a “Grupo 8 – Vigilância e Prevenção Electrónica, Limitada”, pelo valor de €1.525.982,40 (um milhão quinhentos e vinte e cinco mil novecentos e oitenta e dois euros e quarenta cêntimos) + IVA, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA – PROJECTO DE REABILITAÇÃO DO LARGO DO CRUZEIRO

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Sendo necessário levar a efeito a obra de Reabilitação do Largo do Cruzeiro Paroquial, da freguesia de Briteiros Santa Leocádia, e dado tratar-se de uma obra de requalificação que vai valorizar o Centro Cívico da Freguesia, proponho que seja delegada competência na Junta de Freguesia de Briteiros Santa Leocádia para elaboração do projecto de arquitectura, para o que proponho a transferência da verba de 4.000,00 euros + IVA (à taxa de 20%) ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º 6 do art.º 64 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro e tendo em consideração a autorização concedida pela Assembleia Municipal em sessão de 22 de Dezembro de 2009”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE PRAZINS SANTA EUFÉMIA – REPERFILAMENTO DA RUA PADRE FRANCISCO RODRIGUES

Presente a seguinte proposta do Vereador

Domingos Bragança: "A Junta de Freguesia de Prazins Santa Eufémia executou obras de alargamento da Rua Padre Francisco Rodrigues, bem como execução de muros de suporte e demolição de uma habitação. Apesar da intervenção realizada nesta via municipal não ter sido objecto de prévio protocolo com o Município, considera-se que a sua execução foi de extrema importância pois permitiu o reperfilamento da rua e completou a intervenção da Câmara Municipal. Assim, proponho a transferência da verba de €30 088,00 (trinta mil e oitenta e oito euros) para a Junta de Freguesia de Prazins Santa Eufémia destinada ao pagamento das obras executadas, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 6 do art. 64 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro e tendo em consideração a autorização concedida pela Assembleia Municipal em sessão de 22 de Dezembro de 2009". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

FUNDO DE MANEIO – ALTERAÇÃO DO FUNDO DE MANEIO DA DIVISÃO DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "Em reunião realizada em 17 de Dezembro de 2009 a Câmara Municipal deliberou constituir fundos de maneo para ocorrer, com oportunidade, a despesas diversas no ano de 2010, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (Considerações Técnicas 2.910.1.11) e do n.º 4 do artigo 12º do Regulamento Interno da Contabilidade e, ainda, do artigo 2º do Regulamento Interno dos Fundos e Maneio. Conforme a referida deliberação, foi constituído um fundo de maneo para a Divisão de Património Municipal, no valor de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros), para despesas com taxas e emolumentos devidos aos Cartórios



Notariais, Conservatórias do Registo Civil, Predial e Comercial, Tribunais e Serviços de Finanças – rubrica 11/020225. Sucede que, até que se resolva a questão jurídica relativa à manutenção, ou não, dos Notariados Privativos das Câmara Municipais, foi necessário regular a forma como os serviços municipais vão distribuir o serviço de celebração de escrituras em que o Município de Guimarães é parte e que não se enquadram nos serviços prestados pela “Casa Pronta”. Assim, conforme despacho do Sr. Presidente de Câmara, exarado em 25.05.2010, e com vista a dar seguimento aos processos que carecem de actos notarias, foi decidido que o serviço fosse distribuído, equitativamente, pelos 4 Notários estabelecidos no concelho de Guimarães. Deste modo, de forma a suportar o acréscimo com emolumentos notariais, torna-se necessário reforçar o fundo de maneiio desta Divisão em mais €1.000,00, passando, assim, a ser de €2.500,00 mensais. Finalmente, submete-se à consideração superior que seja acrescentado no conjunto das despesas a realizar por conta do fundo de maneiio os pagamentos a efectuar aos Serviços de Finanças relativos aos honorários devidos aos avaliadores em processos de discriminação de imóveis solicitados pelo Município, atendendo a que, de acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 68º, do CIMI (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis), ficam a cargo do sujeito passivo as despesas da avaliação efectuadas a seu pedido. À consideração superior”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CRIAÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL VITRUS AMBIENTE – EM, SA – Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “Com a adesão da Câmara Municipal de Guimarães à empresa Resinorte, entidade multi-municipal que procede actualmente à gestão dos ecocentros do Vale do Ave e que, em

breve, procederá à gestão do sistema de recolha selectiva em todo o concelho de Guimarães, responsabilidades até agora cometidas à Eco-Ave Sucatas, CIPRL, surgiu a necessidade de repensar o âmbito, o objecto social e a estratégia futura desta régie-cooperativa. Com esse objectivo, foi solicitado um parecer jurídico que concluiu pela inevitabilidade da constituição de uma Empresa Municipal, Sociedade Anónima, tendo por base o Regime Jurídico do Sector Empresarial Local (Lei n.º 53F/2006 de 29 de Dezembro), uma vez que tecnicamente é impossível a alteração da identidade jurídica de uma Cooperativa ou a sua transformação numa empresa municipal. A adopção deste modelo empresarial, através da constituição de uma Empresa Municipal, potencia alterações qualitativas significativas ao nível da gestão, nomeadamente, 1) a contratação de projectos de investimento e de manutenção de infra-estruturas e equipamentos; 2) gestão mais eficiente dos RH e da sua própria actividade; 3) maior autonomia e capacidade financeira; e 4) um controlo da performance da actividade. Estas alterações qualitativas potenciam vantagens acrescidas ao nível da melhoria dos serviços prestados, quer em termos de eficiência, quer ao nível da rapidez das intervenções requeridas, assim como um aumento da produtividade e maior eficiência no investimento, com reflexos designadamente no preço dos serviços prestados, a melhoria do retorno para a Câmara Municipal de Guimarães, designadamente através da autonomia e capacidade da gestão financeira e, finalmente, contribuiu para a melhoria da própria dinâmica de desenvolvimento do Município. Actualmente, só três sistemas de gestão e exploração de RSU's em alta não são geridos por empresas intermunicipais ou por empresas concessionárias multimunicipais ou municipais, e desde 2000 que se começou a



verificar idêntico movimento no âmbito da gestão e exploração de sistemas em baixa, responsáveis pela recolha de RSU's indiferenciados, naquela que será a principal actividade da nova empresa municipal, existindo 15 municípios com empresas municipais criadas especificamente para esse efeito. Tendo em conta o exposto, propõe-se a criação de uma nova empresa municipal na área do ambiente, denominada de VITRUS AMBIENTE – Empresa Municipal, SA, com o capital social de 150.000 euros, nos termos dos Estatutos e do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira em anexo”. Os Estatutos, bem como o Estudo de Viabilidade Económico-Financeira dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram contra os

Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e António Salgado Almeida. Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Sem rodeios, o PSD está contra, e votará contra, a constituição desta nova empresa municipal. Pelos motivos que em baixo enunciaremos. Antes do mais, importa perceber que esta nova empresa municipal é-nos sugerida para surgir em *substituição* da Eco-Ave, por, segundo nos diz o texto da deliberação, após a adesão do Município de Guimarães à RESINORTE, ter surgido “*a necessidade de repensar o âmbito, objecto social e estratégia futura desta régie-cooperativa*”, ou dito doutra forma, por esta não poder prosseguir com a sua actividade de recolha de RSU's (resíduos sólidos urbanos) sem se submeter a concurso público de prestação de serviços, sem garantias de poder ficar com o serviço, portanto, sendo como tal necessário encontrar uma solução que permita a integração e rentabilização dos

recursos materiais e humanos existentes na Eco-Ave, garantindo-se a continuidade dos serviços em causa. Convém deixar claro que a necessidade de reintegração e rentabilização destes recursos materiais e humanos, bem como a garantia da continuidade na prestação dos serviços em causa, é algo que consideramos importante, e necessário. A questão que se deve colocar é se, para a prossecução desses objectivos, é efectivamente necessária a criação de uma nova empresa municipal, ou se não haverá outros meios, mais práticos e sobretudo mais económicos, para solucionar a mesma questão. Vejamos: 1 – Em primeiro lugar, e como ponto prévio, temos alguma dificuldade em perceber como é que num contexto de contenção nacional, em que o Governo socialista apelou publicamente para a redução do número de empresas municipais em cerca de 30% (embora ainda não tenha legislado nesse sentido), em Guimarães, estejamos a remar em sentido precisamente inverso, isto é, criando uma nova empresa municipal quando a indicação governamental vai claramente no sentido da sua redução. 2 – Em segundo lugar, importa verificar se não existem já no universo empresarial do Município, empresas vocacionadas para a prestação deste tipo de serviços, sendo que nos parece claro que a VIMÁGUA, que é uma empresa já constituída e solidificada, seria o abrigo ideal para estes serviços pelos quais se pretende criar mais esta nova empresa municipal. Note-se que a VIMÁGUA já inclui nos seus estatutos, no seu objecto social, o exercício da actividade de recolha e deposição de RSU's e a limpeza e higiene públicas, pelo que esta integração seria, até por esta via formal, mais do que natural. Aliás, demonstração clara disto mesmo é a circunstância de alguns destes serviços que estão agora no cerne da presente proposta, terem já sido, no passado, delegados pela Câmara Municipal na



VIMÁGUA, pelo que para além do mais existe inclusive já experiência, conhecimento empírico e capacidade instalada naquela empresa intermunicipal para poder absorver e levar a cabo estes serviços que estão na base da proposta que nos fazem, o que ainda mais reforça pela desnecessidade de criação de uma nova empresa municipal. Refira-se ainda que esta solução não é uma inovação, uma vez que já é praticada por outros municípios portugueses (ex: Braga). 3 – Em terceiro lugar, e numa altura de poupança como aquela que vivemos, o Estado, neste caso o Município, continua a não dar o exemplo. A criação de uma empresa municipal implica necessária e automaticamente uma série de gastos a suportar por força da sua criação e governação, como sejam os vencimentos dos seus administradores, dirigentes e serviços técnicos e administrativos, o pagamentos a TOC's ou a ROC's, as despesas a suportar com aquisição ou arrendamento e respectiva manutenção de instalações, em suma, uma série de gastos aos quais o Município de Guimarães se poderia perfeitamente dispensar, numa altura de poupança como a presente, integrando estes serviços numa empresa já constituída, no universo empresarial local, dando assim uma resposta mais adequada e mais económica para a prestação destes serviços. 4 – Em quarto lugar por discordância com os pressupostos do estudo de viabilidade económico-financeira elaborado pelo BPI. O estudo em causa defende a viabilidade económico-financeira desta nova empresa municipal, embora logo a seguir admita, estranha e contraditoriamente, não ser possível verificar a vantagem económica da proposta por não existir informação que permita a comparação com uma gestão alternativa realizada na esfera dos serviços municipais (a eventual integração numa empresa já pré-existente não é tampouco considerada no estudo). Por outro lado,

defende-se a viabilidade económico-financeira da nova empresa municipal e percebe-se porquê! Porque o estudo fixa uma tarifa de recolha de RSU's a pagar pelo Município à nova empresa, tarifa essa que tem que ser suficiente para que a nova empresa municipal seja capaz de distribuir dividendos, remunerando os capitais investidos em cerca de 7%, ora assim é fácil determinar a viabilidade económico-financeira de uma empresa, se a tarifa estiver fixada tendo em conta um lucro certo, previamente determinado. 5 – Em quinto e último lugar, conclusão que vem na sequência do anteriormente referido, porque a fixação de uma tarifa que seja suficiente para remunerar os capitais investidos em 7% é obviamente penalizadora dos cidadãos, que será quem terá que pagar este serviço, pois já pagam um serviço que para mais vem acrescido de um “*spread*” de 7%, não para pagamento das despesas de funcionamento, mas para a geração de dividendos a distribuir. Porque esta tarifa é socialmente injusta, e acima de tudo socialmente injustificável, entendemos igualmente ser de rejeitar a criação desta nova empresa municipal”. -----

COOPERATIVA TAIPAS TURITERMAS – AUMENTO DE CAPITAL – Presente a seguinte proposta: “Atendendo ao volume de investimento em realização e a realizar pela Cooperativa Taipas Turitermas, relacionado, designadamente, com a elaboração e execução do projecto de recuperação dos Banhos Velhos, com a construção do Parque Infantil do Parque de lazer das Taipas, com a elaboração dos projectos de arquitectura indispensáveis a diversas intervenções futuras no património da Cooperativa e com o desenvolvimento de produtos cosméticos e de higiene baseados na água termal, propõe-se submeter à Assembleia Municipal autorização para que o Município de Guimarães subscreva e realize, ainda no decurso deste ano, capital social no valor de



250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros)” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Os Vereadores Domingos Bragança e Amadeu Portilha não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos em virtude de pertencerem aos órgãos sociais da Cooperativa. -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO GUIMARÃES: TERRITÓRIO DE APRENDIZ@GEM – REDE DE COOPERAÇÃO DE CENTROS NOVAS OPORTUNIDADES – Presente a seguinte proposta: “No

âmbito dos trabalhos do grupo temático “Qualificação e Emprego” da Rede Social, os sete Centros Novas Oportunidades sedeados no Concelho de Guimarães e a Direcção Regional de Educação do Norte constituíram uma rede de cooperação. Esse processo tem vindo a ser acompanhado pela Divisão de Acção Social através da Rede Social, tendo sido concluído o interesse da Câmara Municipal em integrar também a referida rede como um dos seus membros. Considerando a relevância dos Centros Novas Oportunidades na promoção da melhoria das qualificações dos portugueses e das populações do nosso Município e o efectivo contributo que pode ser dado com a presença da Câmara Municipal neste projecto que não envolve encargos, proponho que seja aprovada a adesão do Município ao protocolo Guimarães: Território de Aprendiz@gem – Rede de Cooperação de Centros Novas Oportunidades, nos termos do documento em anexo”. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Augusto Araújo não participou na discussão e na votação da proposta. -----

EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE ACTIVIDADES DE

ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA PARA AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – Presente a seguinte informação dos

Serviços de Educação: “Como é do conhecimento superior, em 1998, entre os Ministérios da Educação, do Trabalho e Segurança Social e da Associação Nacional de Municípios Portugueses, foi celebrado um Protocolo de Cooperação, que veio garantir as condições para a participação das Autarquias no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, de acordo com os princípios consagrados na Lei Quadro da Educação Pré-Escolar. Neste sentido é anualmente celebrado entre o Município de Guimarães e a Direcção Regional de Educação do Norte, um Acordo de Cooperação, para atribuição de apoios financeiros destinados a assegurar o desenvolvimento da componente de apoio à família, designadamente de alimentação e animação sócio educativo para as crianças matriculadas nos Jardins-de-infância da rede pública. Considerando: - a importância cada vez maior de adaptar os tempos de permanência das crianças na escola às necessidades das famílias, e simultaneamente garantir que esses tempos sejam pedagógicos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição de competências básicas; - o papel fundamental que os parceiros locais desempenham no desenvolvimento de respostas diversificadas em função das realidades locais, de apoio às famílias e aos alunos; - a necessidade de articulação entre o Município e os parceiros locais na promoção daquelas respostas; propõe-se que, a partir do próximo ano lectivo, sejam formalizadas através de Protocolos, as parcerias estabelecidas com as várias entidades. Junto se anexo um mapa com as entidades e minutas de protocolo”. O referido mapa, bem como as minutas dos protocolos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.



DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “De acordo com o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Investigação que tem como objectivo subsidiar pesquisas sobre temas da História, Etnografia, Antropologia, Ecologia e outros de interesse municipal, proponho que o número máximo de Bolsas a atribuir em 2010 seja de duas, com valores mensais de €500,00 (quinhentos euros) e a duração der até um ano”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

O Vereador André Coelho Lima solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse registada em acta:

“É-nos proposto neste ponto 12 a atribuição no corrente ano de 2010 de um máximo de duas bolsas de investigação, pelo valor mensal de € 500,00 cada uma, com a duração limite de 1 ano. Esta proposta, embora tenhamos que viabilizar, merece a nossa discordância pelo miserabilismo patente na mesma, numa matéria em que, salvo melhor opinião, uma cidade que se prepara para albergar a Capital Europeia da Cultura, não deveria quase prever limite para o estudo, aprofundamento e difusão da nossa cultura, das nossas tradições, da nossa História. Se é verdade que Guimarães é rica em História, não é menos verdade que muito da nossa História e das nossas tradições está ainda por estudar e documentar. Um exemplo: a propalada candidaturas das Festas Nicolinas a Património Imaterial da Humanidade, certamente carece de maiores e mais profundas investigações às suas origens, às suas tradições, às suas particularidades, no entanto, enquanto que a candidatura do Fado – que recordei, avançou depois da nossa – ainda esta semana inaugurou uma Rua em Paris com o nome da nossa fadista maior, nós aqui em Guimarães

continuamos à espera que o galardão venha do céu, talvez com as próximas chuvas. As Bolsas de Investigação, sobre assuntos e temas que interessem à nossa cidade e concelho, são matéria do maior interesse e relevância, pelo que é com tristeza e ampla discordância que verificamos a limitação a apoios meramente simbólicos em que as mesmas se concretizam. Talvez com a criação de menos empresas municipais desnecessárias se conseguisse poupar dinheiro mais do que suficiente para investir em investigação, no incentivo ao conhecimento e documentação do nosso passado. É importante recordar que, aquando da discussão das alterações propostas para o Regulamento das Bolsas de Investigação, a nossa intervenção foi no sentido de que o referido regulamento deveria conter maior pró-actividade na definição das matérias que devem ser objecto de estudo. Que deveria indicar já aquelas que são as matérias preferenciais de estudo. Proposta que, em nosso entender, se justifica mais do que nunca. Proposta que, como todas as que apresentamos, não foi tampouco apreciada pelo seus eventuais méritos, caindo no saco roto da retórica fortuita desta reuniões. Um outro exemplo: verificamos recentemente que não existe nesta Câmara Municipal um catálogo organizado e sistematizado dos Presidentes e Executivos deste Município. Embora seja dificilmente concebível que não consigamos saber quem nos dirigiu nos anos passados, que a Câmara duma cidade Histórica como a nossa não tenha organizada, sequer, uma compilação dos seus dirigentes, ao longo dos anos e séculos, admite-se por outro lado que seja difícil, a partir de determinada altura, lograr obter essa informação. A título de mero exemplo, seria esta claramente uma matéria merecedora de atribuição de uma bolsa de investigação, definindo a Câmara o estudo e objecto de investigação que pretende, e propondo-se a



atribuir a bolsa em conformidade, em função de quem se apresente disponível para levar a cabo tal investigação. É esta apenas mais uma proposta, certamente votada ao fracasso, mas que visa, tão somente, contribuir para o enriquecimento desta figura das Bolsas de Investigação, colocando-as mais ao serviço do que interesse ao Município, e sobretudo atribuindo-lhe uma relevância que claramente esta Câmara não atribui pela dotação meramente simbólica que aqui lhe confere”. -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS

– Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – UNIVERSIDADE DO MINHO – ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA ARQUITECTURA EUROPEIA

– Presente a seguinte proposta: “A organização do Encontro Internacional da História da Arquitectura Europeia, que terá lugar entre 16 de 20 de Junho corrente, solicitou à Câmara apoio no transporte dos participantes do Aeroporto Sá Carneiro para Guimarães no dia 16, e para várias visitas na cidade e concelho que incluem o programa do encontro nos dias 17, 18 e 19, e também para um roteiro pelo litoral da região que terá lugar no dia do regresso, 20. Considerando o interesse na melhor recepção aos participantes vindos de vários pontos da Europa, deferi a pretensão, sendo o serviço prestado no horário de

trabalho, com excepção do último dia, descanso semanal obrigatório, o que implicará a atribuição compensatória de um dia de descanso, o que coloco à ratificação da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

TRANSPORTES – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO SANTA MARIA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 27 de Maio de 2010, que disponibilizou, à Junta de Freguesia de Souto Santa Mareia, o transporte, em autocarro, dos alunos da EB1 daquela freguesia a Briteiros, no passado dia 21 de Maio. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – ESCOLA SECUNDÁRIA MARTINS SARMENTO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 31 de Maio de 2010, que disponibilizou, à Escola Secundária Martins Sarmento, o transporte, em autocarro, das crianças desta Associação ao Portugal dos Pequeninos, no passado dia 4 de Junho. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – ESCOLA EB 2,3 CALDAS DAS TAIPAS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Junho de 2010, que disponibilizou, à Escola EB 2,3 Caldas das Taipas, o transporte, em autocarro, dos alunos à Central da Vimágua em Prazins Santa Eufémia, no passado dia 11 de Junho. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – ESCOLA EB 1/JI VALINHA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Junho de 2010, que



disponibilizou, à Escola EB 1/JI Valinha, o transporte, em autocarro, dos alunos ao Parque da Cidade, no dia 16 de Junho.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – CENTRO SOCIAL DA IRMANDADE DE S. TORCATO – LAR DE IDOSOS – Presente a seguinte proposta: “A

Irmandade de S. Torcato tem em fase final de construção um edifício para Lar de Idosos e Centro de Dia, com apoio do Ministério do Trabalho e Segurança Social no âmbito do programa Pares I. Através de ofício dirigido a esta Câmara Municipal em 2009, a Irmandade de S. Torcato solicitou que a Câmara Municipal apoiasse este investimento, através da concessão de um subsídio destinado a comparticipar nos custos respeitantes à realização das referidas obras, que ascendem a €976.977,00. Em reunião ocorrida ao tempo com os representantes daquela Instituição, ficou planeada a atribuição de um apoio no valor de €195.000,00, não podendo, todavia, por razões de ordem financeira, a Câmara Municipal conceder tal subsídio de uma só vez. Nesta sequência a Câmara Municipal programou conceder, numa primeira fase, um apoio no valor de €100.000,00, ficando o remanescente para uma fase posterior a definir, tendo a Câmara Municipal, em consequência, deliberado conceder tal apoio em sua reunião de 23 de Julho de 2009. Considerando o interesse social da obra em referência, proponho que seja agora concedida à Irmandade de S. Torcato a remanescente verba, no valor de €95.000,00, ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 4, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 08.07.01. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – COOPERATIVA FRATERNA – Presente a seguinte

proposta: "Em sua reunião realizada em 18 de Fevereiro de 2010, a Câmara Municipal deliberou ratificar o despacho que autorizou a disponibilização à Cooperativa Fraterna viaturas da Câmara para apoio à distribuição de cabazes, nos passados dias 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10 e 11 de Fevereiro. Por lapso, não foi referido na dita deliberação que, devido à escala diária de apoio aos vários sectores da Câmara Municipal, não era possível atender à pretensão, pelo que se submetia para aprovação em reunião de Câmara a atribuição, à Cooperativa Fraterna, de um subsídio no valor de €675,00, destinado ao aluguer das viaturas necessárias. Não tendo o apoio solicitado sido concedido por deliberação de 18 de Fevereiro de 2010, quer através da disponibilização de viaturas, quer através da concessão de um subsídio, submete-se, na presente reunião, à apreciação do executivo camarário, a atribuição da verba acima mencionada". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 05.01.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS DE LORDELO – APOIO A OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES SOCIAIS

– Presente a seguinte proposta: "A Associação de Reformados de Lordelo é uma IPSS que presta vários serviços de apoio à população da sua área de inserção, nomeadamente com o funcionamento de um Lar de Idosos, através de um acordo de cooperação com o Centro Regional de Segurança Social. Em audiência concedida foram expostas várias anomalias nas suas instalações que afectavam o serviço prestado, as quais foram posteriormente objecto de uma vistoria do Departamento de Obras Municipais que elaborou um orçamento dos encargos com a



sua resolução que se elevam a €41 942,49 (quarenta e um mil novecentos e quarenta e dois euros e quarenta e nove cêntimos). Considerando a grande importância social desta associação e o trabalho que vem desenvolvendo há vários anos, proponho que seja atribuído o subsídio de €20 000,00 (vinte mil euros) para a realização das obras constantes do relatório elaborado, a ser pago mediante autos de medição do Departamento de Obras Municipais, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 08.07.01.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS – PROJECTO DE AUTONOMIZAÇÃO DE JOVENS EM PROCESSO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL –

Presente a seguinte proposta: “A Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais vai instalar um apartamento de autonomização destinado à instalação de jovens com mais de 21 anos, que se encontram a frequentar a Universidade ou em fase de candidatura ao ensino superior, e que viveram até hoje no Lar de Infância e Juventude, uma das suas valências sociais, apoiado por um acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social. Nos termos da actual legislação, o referido Lar para beneficiar do acordo de cooperação só pode acolher jovens até aos 21 anos, pelo que há vários jovens que terão de abandonar essa residência nos próximos tempos. Para ultrapassar a situação, a ADCL apresentou uma candidatura à ISS para a instalação do referido apartamento, a qual porém terá de aguardar a definição dos normativos para este tipo de valências

sociais. Entretanto a ADCL alugou um apartamento próximo do Lar de Infância e Juventude e solicitou à Câmara apoio para os encargos do arrendamento que assumiu e que se elevam a €3 840,00 (três mil oitocentos e quarenta euros) anuais. Considerando a efectiva importância para os referidos jovens da valência que se pretende instalar, a perspectiva que, a médio prazo, será possível garantir para ela um acordo de cooperação com o ISS, e a garantia do trabalho que a associação promotora tem vindo a desenvolver, sempre acompanhado pela Divisão de Acção Social, proponho que seja atribuído o subsídio de €2 000,00 (dois mil euros) anuais a pagar em quatro prestações, e a vigorar apenas enquanto não se verificar o apoio do Instituto de Segurança Social, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA ESCOLA DE SANTA LUZIA – 33.º ENCONTRO ANUAL –

Presente a seguinte proposta: “A Escola Primária de Santa Luzia foi, durante muitas décadas, o primeiro espaço escolar para gerações de Vimeirense, que a ela ficaram ligados por um elevado grau afectivo. Esses laços levaram um grupo de antigos alunos a constituir uma Associação e a organizar desde 1977 um Encontro anual de confraternização. A referida Associação solicitou, a exemplo dos anos anteriores, apoio à Câmara para o encontro de 2010. Considerando a efectiva tradição e a adesão que este evento sempre tem merecido, proponho que seja concedido à Associação dos Antigos Alunos da Escola de Santa Luzia um subsídio de €300,00 (trezentos euros), para a



organização do seu 33º Encontro anual, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – DELEGAÇÃO DE BRAGA DO CENTRO DE DESPORTO CULTURA E RECREIO DOS CTT – XXVI JOGOS NACIONAIS DOS CTT – Presente a seguinte proposta: “Decorreu

em Guimarães, de 3 a 6 de Junho, a fase final dos XXVI Jogos Nacionais dos CTT, organizada pela delegação de Braga do Centro de Desporto e Cultura e Recreio daquela empresa pública, cujos responsáveis solicitaram o apoio da Autarquia para a concretização de um conjunto de manifestações culturais promovidas por agrupamentos de trabalhadores dos CTT, que normalmente são promovidas em simultâneo com a realização das provas desportivas. Trata-se de uma forma de os trabalhadores dos CTT retribuírem a hospitalidade das cidades que acolhem os jogos, aproveitada para a divulgação das expressões artísticas desenvolvidas pelas diferentes secções do Centro de Desporto e Cultura e Recreio. Assim, em reconhecimento deste gesto de retribuição, e atendendo igualmente ao interesse de que se revestiu a realização dos jogos em Guimarães nos planos desportivo, cultural, económico e promocional, proponho a ratificação, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, dos apoios concedidos para a realização das manifestações culturais: Autorização de utilização do Largo da Oliveira; Contacto com as instituições locais, Paço dos Duques e Colegiada da Oliveira no sentido da disponibilização dos

locais; Cedência de um palco, sistema de som e energia eléctrica (30 amperes), no Largo da Oliveira; Cedência de cadeiras e estrado de coros para o Paço dos Duques de Bragança; Trabalho extraordinário implicado na disponibilização dos apoios supra-identificados". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

SUBSÍDIOS – RANCHO FOLCLÓRICO INFANTIL E JUVENIL DE SANTO ESTEVÃO DE BRITEIROS – XXII FESTIVAL DE FOLCLORE – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente um ofício do Rancho Folclórico Infantil e Juvenil de Briteiros solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações do XXII Festival de Folclore, a realizar no próximo dia 19 de Junho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €25,00 pelo que se propõe a atribuição, ao Rancho Folclórico Infantil e Juvenil de Santo Estêvão de Briteiros, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações do XXII Festival de Folclore, num máximo de €12,50 (doze euros e cinquenta cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – X FESTIVAL DE FOLCLORE – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente um ofício da Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações do X Festival de Folclore, a realizar no próximo dia 5 de Julho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €22,04 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Candoso S. Martinho, de um subsídio



correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações do X Festival de Folclore, num máximo de €11,02 (onze euros e dois cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SELHO S. CRISTÓVÃO – FESTA DO PADROEIRO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Selho S. Cristóvão solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa do Padroeiro, a realizar entre os próximos dias 22 e 25 de Julho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €93,69 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Selho S. Cristóvão, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa do Padroeiro, num máximo de €46,84 (quarenta e seis euros e oitenta e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE LORDELO – FESTA EM HONRA DE S. TIAGO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –

Presente um ofício da Comissão de Festas de S. Tiago de Lordelo solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. Tiago, a realizar entre os próximos dias 23 e 25 de Julho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €125,90 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Lordelo, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico

originado pelas ornamentações da Festa em Honra de S. Tiago, num máximo de €62,94 (sessenta e dois euros e noventa e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CANDOSO S. TIAGO – FESTA EM HONRA DE S. TIAGO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente um ofício da Junta de Freguesia de Candoso S. Tiago solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. Tiago, a realizar nos próximos dias 24 e 25 de Julho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €78,03 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Candoso S. Tiago, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de S. Tiago, num máximo de €13,00 (treze euros). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE ABAÇÃO – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente um pedido da Junta de Freguesia de Abação solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora de Fátima, a realizar nos próximos dias 9 e 15 de Agosto. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €43,05 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Abação, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em



Honra de Nossa Senhora de Fátima, num máximo de €21,52 (vinte e um euros e cinquenta e dois cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

SUBSÍDIOS – GRUPO FOLCLÓRICO DE POLVOREIRA – XVII FESTIVAL DE FOLCLORE – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –

Presente um ofício do Grupo Folclórico de Polvoreira solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações do XXII Festival de Folclore, a realizar nos próximos dias 21 e 22 de Agosto. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €20,76 pelo que se propõe a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações do XVII Festival de Folclore, num máximo de €10,38 (dez euros e trinta e oito cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

Pelas onze horas e vinte e cinco minutos, no período estabelecido para intervenção do público, o Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **Sérgio Cunha Machado** que fez a entrega de uma petição com 1536 assinaturas para colocação, na Montanha da Penha, de uma inscrição gigante com as palavras “Vitória de Guimarães”. O **Presidente da Câmara** prometeu analisar o dossier juntamente com as partes interessadas, para avaliar a pertinência da proposta constante na petição. -----

PELAS ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS O PRESIDENTE DA

**CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA
CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----**